

Assunto: Parte do investimento só daqui a três anos

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 20/08/2013

Editoria: Economia

Seção:

ECONOMIA

Presidente da OAB-PE alerta quem apostou em pirâmide

Parte do investimento só daqui a três anos

MAS divulgadores da Telexfree e BBom promovem manifesto amanhã para fazer pressão. Priples não foram chamados

MARCOS OLIVEIRA

Divulgadores das empresas suspeitas de promover pirâmides financeiras, Telexfree, BBom e Priples, estão sem receber pagamentos desde que os bens delas e dos proprietários foram bloqueados pela Justiça, e a previsão é que nem tão cedo tenham retorno do que investiram. Ontem, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Pernambuco (OAB-PE), Pedro Henrique, alertou que estas pessoas terão de esperar ao menos três anos para reaver apenas parte da quantia aplicada.

Pedro Henrique adiantou que deve se encontrar, ainda esta semana, com o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE), Aginaldo Fenelon, para discutir medidas a serem tomadas em defesa de quem foi lesado pelas empresas. "A OAB-PE pediu ao MPPE que entre com uma Ação Civil Pública, com o objetivo de assegurar o ressarcimento dos investidores", informou. "Não adianta entrar na Justiça pedindo os valores anunciados. Quem colocou dinheiro nesse negócio deve

se dar por satisfeito em conseguir recuperar apenas o que investiu", completou.

Mas os investidores continuam com a esperança que possam resolver o problema na base da pressão. Para isso, está marcado um manifesto para amanhã, na avenida Agamenon Magalhães, em frente ao Chevrolet Hall. O ato é para os associados da Telexfree e BBom. O curioso é que os "priples" não foram convocados, porque a Priples é considerada diferente das outras duas empresas, por não vender produtos e sim promover a criação de um "banco de informações". "Não respondo pelas outras, mas as nossas empresas vendem telefonia Voip e rastreadores. Não podemos ser colocados no mesmo saco de outras que não comercializam nada", explicou um divulgador da Telexfree e da BBOM, em reserva.

A promessa dos divulgadores das duas empresas é de parar de fato a Região Metropolitana do Recife, diferente do que ocorreu na última manifestação, segunda-feira passada, quando menos de 20 pessoas se reuniram na avenida Recife. No novo anúncio publicado na página "Parada Multinível" do Facebook, os divulgadores da Telexfree e BBom prometem fazer uma caminhada, pela Agamenom Magalhães, saindo da frente do Chevrolet Hall, com o objetivo de conseguir uma audiência e o apoio do governador de Pernambuco, Eduardo Campos.

Folha resume

As empresas que são investigadas por promover pirâmides financeiras estão impedidas de pagar aos seus investidores, por decisão judicial, e por isso o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique, avisa que estas pessoas só deverão receber algum dinheiro dentro de três anos. Mas os divulgadores realizarão um manifesto amanhã.

Arthur Mota/Arquivo Folha



PEDRO Henrique irá ao MPPE para tratar do assunto

Saiba mais

CIDIZ - Outra empresa investigada é a Cidiz, que tem sede no Recife e comercializa roupas. O Ministério Público do Rio Grande do Norte também levanta suspeita de pirâmide financeira. O site da Cidiz foi retirado do ar.

Assunto: Aniversário de Jones Figueirêdo

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 20/08/2013

Editoria: Programa

Seção: Persona

2 QUINTA-FEIRA • Recife, 18 de julho de 2013

PERSONA

**Roberta
Jungmann**Colaboração de
ACHERO RAFAEL

PROGRAME-SE

O desembargador Jones Figueirêdo deverá ser muito parabenizado hoje, dia do seu aniversário. Também mudando de idade: Célia Brol, Ana Elisa Oliveira, Guilherme Malta, Jomeri Pontes, Fernando Veloso, Marcela Campos, Ada Cruz e Alice Tigre Viriato.

Assunto: MPPE propõe R\$2,00 para estacionar em Hospitais

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 20/08/2013

Editoria: Capa

Seção:



MPPE propõe R\$ 2,00 para ESTACIONAR em HOSPITAIS

O Ministério Público de Pernambuco ingressou com ação civil pública contra o valor cobrado nos estacionamentos de grandes unidades hospitalares do Recife. Os preços, considerados abusivos, chegam a R\$ 6,00 na primeira hora Economia > Página 1

Assunto: MPPE propõe valor de R\$ 2,00

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 20/08/2013

Editoria: Economia

Seção:

ECONOMIA

Cobrança por estacionamento em hospitais é considerada abusiva

MPPE propõe valor de R\$ 2,00

■ **INTENÇÃO** era que serviço fosse gratuito, mas o TJPE entende que há custos. Decisão sobre preço deve sair hoje

Folha resume

O Ministério Público de Pernambuco iniciou uma batalha contra os hospitais do Recife, devido à cobrança "extorsiva" pelo estacionamento. O valor é considerado alto. Além disso, o tempo de permanência depende do atendimento médico. O promotor Ricardo Coelho considera que o preço deve ser tabelado em R\$ 2,00.

TATIANA NOTARO

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ingressou com uma ação civil pública contra os hospitais do Recife por causa do atual valor cobrado nos estacionamentos. De acordo com o promotor Ricardo Coelho, autor da ação, uma investigação constatou que os preços são abusivos, chegando a R\$ 6,00 na primeira hora, com acréscimo de R\$ 2,00 a cada fração de hora. A solicitação feita ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) é que o preço seja tabelado em R\$ 2 com reajustes anuais de acordo com o índice oficial da inflação. No fim da tarde de hoje, será pedido aos juízes

uma decisão liminar para que os preços sejam imediatamente nivelados. "O serviço de saúde é público, obrigação do Estado, concedido a particulares", argumentou o promotor.

Ainda segundo Coelho, fora pedida a gratuidade do serviço, mas o TJPE entende que os hospitais têm direito de cobrança, desde que "pelo valor justo". "A gratuidade seria inconstitucional, visto que há despesas com seguro e vigilância, por exemplo", acrescentou. "O preço atual é extorsivo, e tanto a Constituição Federal quanto o Código de Defesa do Consumidor

proíbem essa prática", acusou o promotor.

Se o pedido for acatado, os hospitais podem recorrer da decisão. Procurado, o presidente do Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisa e Análises Clínicas do Estado de Pernambuco (Sindhospe), Mardônio Quintas, explicou que só falaria sobre o assunto depois da notificação da Justiça.

O coordenador geral do Procon Pernambuco, José Rangel, disse que o órgão apoia a iniciativa do MPPE, "já que a permanência do consumidor, nesses casos, é involuntária e



AÇÃO do Ministério Público objetiva nivelar os preços nos estabelecimentos

depende justamente do tempo que levará o atendimento médico". Por outro lado, argumentou Rangel, o tabelamento não é previsto pela legislação brasileira e que, por isso, será necessário analisar em que aspecto esta ação será conduzida. Pela falta de amparo legal, afir-

mou, seria possível seguir pelo fim da cobrança pela taxa de permanência.

HISTÓRICO

Em junho de 2011, a cobrança de estacionamentos no Recife chegou a ser proibida, inclusive em shoppings centers, seguindo a Lei Mu-

nicipal nº 17.657/2010, baseada nas exigências para a concessão do Habite-se do imóvel. Em novembro do ano passado, o juiz Paulo Onofre decidiu que a lei atingia o direito dos centros de compras de usufruir de sua propriedade, cobrando pela sua utilização.

Laila Santana

Assunto: Secreto	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 20/08/2013
Editoria: Política	Seção:

FOLHA *Política*

■ **SECRETO** - Enquanto Líder da oposição, Daniel Coelho é a favor do voto aberto para cassação de mandato, mas defende o voto fechado para Mesa Diretora. "Eleições de dirigentes, como da OAB, lista tríplice do MPPE, TJ, Sindicato dos Jornalistas, é tudo fechado", compara o tucano.

Assunto: Priscila leva denúncia ao TCE

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 20/08/2013

Editoria: Política

Seção:

POLÍTICA

André Nery/Arquivo Folha



VEREADORA pede anulação imediata do pregão 002/2013

Priscila leva denúncia ao TCE

Cinco dias após apresentar supostas irregularidades no processo licitatório do Reluz, que, segundo ela, teriam por finalidade beneficiar a Ecoleds Ltda em uma licitação, a vereadora Priscila Krause (DEM) protocolou ontem a denúncia junto ao TCE. No documento, a democrata pede a "imediata anulação do pregão 002/2013 e a suspensão da execução do Reluz", programa do Governo Federal para

desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, em parceria com as Prefeituras, para cuja fiscalização a empresa foi selecionada. No Recife, a ação visa a substituir 45 mil lâmpadas.

Além dessa medida, Priscila informou que ainda esta semana acionará o Tribunal de Contas da União (TCU) e protocolará um pedido de investigação ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e ao

UMA ação popular será encaminhada ao Tribunal de Justiça

Ministério Público Federal (MPF). Paralelo a isso, a vereadora disse que uma ação popular está sendo elaborada para ser encaminhada ao Tribunal de Justiça. "Queremos transparência e lisura no

processo", disparou.

Em resposta às medidas da opositora, ontem, o líder do governo na Câmara Municipal Gilberto Alves (PTN) reafirmou que o processo licitatório "foi transparente" e lamentou o fato de os vereadores da bancada de oposição "estarem a serviço de interesses obscuros". "A oposição está sendo vítima e instrumentalizada a criar um factóide na política para melar o processo", avaliou o governista.

Assunto: O presidente Jovaldo Nunes

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 20/08/2013

Editoria: Viver

Seção: João Alberto

joaoalberto

SERVICO DE IMPRENSATIPE



O presidente Jovaldo Nunes
ladeado pelos coronéis Chusa Júnior (E) e
Carlos Pereira no aniversário do TJPE

Assunto: Aniversário Jones Figueirêdo

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 20/08/2013

Editoria: Viver

Seção: João Alberto

joaoalberto

ANIVERSARIANTES DE HOJE

Ana Elisa Oliveira, Célia Brol,
Cristina Fiúza Magalhães,
Fernando Lima, Guilherme José
Macedo Malta, Jairo Rocha Filho,
Jones Figueiredo, José Henrique
Figueiredo, Júlio Crucho Cunha,
Marcela Campos, Marta
Henriques, Pedro Rubens
Ferreira Oliveira (padre), Rafaella
Branco, Raulita Régis, Sibelle
Silveira e Silvânia Scaff.

Assunto: Multa- juizado especial

Veículo: Jornal do commercio

Data: 20/08/2013

Editoria: Economia

Seção: Olho vivo

olho vivo

Uma multa sem explicação



Guiga Matos/JC Imagem

O comerciante Alexandre Santos afirma que teve a casa "invadida" por técnicos da Celpe em junho. "Eles fizeram confusão, dizendo que tinham permissão para entrar. Não tinham, mas deixei mesmo assim", lembra. Diante da ausência de "gatos", os técnicos foram embora, mas já haviam mexido no medidor de energia e nos fios. Semanas depois, Alexandre recebeu uma multa de R\$ 1.380,35 da concessionária de energia. "Não alteramos o medidor, não manipulamos os fios. Outros técnicos da Celpe foram à nossa casa depois e disseram que não havia como fazer um gato com o fio, que teria dado curto circuito", explica. Sem poder pagar a multa, ele acionou o Procon-PE e o Juizado Especial, que emitiu uma ordem proibindo a Celpe de cortar a energia da residência. A Celpe não respondeu às mensagens dos dois órgãos.

Resposta

A Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) informa que entrou em contato com o cliente para obter mais informações e solucionar o caso. A Celpe se coloca à disposição para maiores esclarecimentos.

Assunto: FCC divulga resultado definitivo de provas para juiz do TJPE	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 19/08/2013
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

FCC divulga resultado definitivo de provas para juiz do TJPE

A Fundação Carlos Chagas (FCC) disponibilizou o resultado definitivo das provas discursivas para o cargo de juiz substituto do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A consulta do resultado está disponível no site da banca organizadora. Ao todo, são 55 oportunidades para a carreira, sendo três reservadas a pessoas com necessidades especiais. O salário para o cargo é de R\$ 17.581,00.

Leia mais sobre concursos no portal [Admite-se](#)

Para concorrer, candidatos precisaram comprovar formação em direito e ter exercido atividade jurídica por pelo menos três anos, contados a partir da obtenção do diploma de conclusão do curso. As próximas etapas de seleção são provas prática e oral, sentença cível e criminal, entrevista, investigação social e exames médicos e psicotécnicos. O resultado final do certame está previsto para 8 de janeiro de 2014.

Assunto: Audiência Pública no Recife discute a reforma da Lei de Execução Penal	
Veículo: G1 PE	Data: 20/08/2013
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO



Audiência Pública no Recife discute a reforma da Lei de Execução Penal

Evento busca colher opiniões da sociedade civil para a reforma da lei. Serão abordados superlotação, impunidade e prisão domiciliar, por exemplo.

Do G1 PE

Comente agora



Pernambuco tem capacidade para manter presos cerca de 10 mil pessoas mas, hoje em dia, o sistema penitenciário abriga mais ou menos 27 mil detentos. A atual situação das unidades prisionais do estado leva a população a refletir sobre a real eficiência do sistema carcerário. Uma audiência pública no início da tarde desta terça-feira (20), no Fórum Joana Bezerra, na área central do **Recife**, pretende discutir a reforma na Lei 7.210/1984, a Lei de Execução Penal (LEP), vigente desde 1984, e as possibilidades de recuperação dos presos em Pernambuco com todos os membros da sociedade além dos juízes, advogados, promotores de justiça, servidores públicos e comunidade.

A LEP visa cumprir o mandamento da sentença condenatória, respeitando os direitos do ser humano e permitindo sua recuperação. A prática, no entanto, é bem diferente da teoria e o evento desta terça busca colher opiniões da sociedade civil para a Reforma da Lei nos temas como superlotação carcerária, impunidade, prisão domiciliar, crimes hediondos, remição por estudo, saída temporária, exame criminológico e a inserção do reeducando no convívio social.

De acordo com o coordenador da audiência pública e promotor de justiça Marcelus Ugiette, a audiência quer obrigar o estado brasileiro a sair da sua zona de conforto. "Em Pernambuco, como em todo o Brasil, a situação é muito ruim. A superlotação é ainda pior porque o Pacto Pela Vida trouxe a possibilidade de mais prisões" afirmou, em entrevista ao Bom Dia Pernambuco. A reforma da lei pretende trazer novidades para melhorar a situação dos presos dentro das unidades e também monitorar a entrada e saída, entre outras novidades. "Com a reforma da lei, existe a proposta da volta do exame criminológico, para traçar um perfil da pessoa que está entrando. Há uma previsão de melhorar no sentido de organizar melhor e dar saída temporária, por exemplo, aos presos que realmente têm condições de recebê-la", exemplificou o promotor.

Ampliações e reformas

De acordo com o Secretário de Ressocialização de Pernambuco, Romero Ribeiro, há várias obras em andamento para tentar minimizar o problema da superlotação nas cadeias, como a ampliação do Complexo do Curado, construção do presídio de Itaquitinga e reforma de 28 cadeias públicas de Pernambuco, por exemplo. "Vamos sinalizar políticas importantes para o sistema como monitoramento eletrônico, as tornozeleiras, a biometria no acesso às unidades... Mas a mais importante medida deste conjunto de obras é a educação. Hoje, a maior proporção de reeducandos estudando no Brasil é em Pernambuco, com média de 30%", afirmou Ribeiro.

Marcelus Ugiette, no entanto, não acredita que abrir mais vagas para presos vai resolver o problema. "Itaquitinga foi imaginado, criado, e está sendo construído para tirar presos da Barreto Campelo. Não cria nenhuma vaga", respondeu.

A audiência pública no Fórum Joana Bezerra está sendo organizada pela Comissão Nacional de Juristas para a Reforma da LEP e pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), com apoio do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Defensoria Pública e Associação do MPPE. A audiência será aberta ao público e está marcada para começar às 13h30, no auditório do 2º andar do Fórum.

Serviço

Audiência pública sobre a Reforma da Lei de Execução Penal
Terça-feira, 20 de agosto, às 13h30
Auditório do 2º andar (ala norte), do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano (Joana Bezerra)

Aberto ao público

Assunto: MPPE propõe valor de R\$ 2,00	
Veículo: Blog da Folha	Data: 20/08/2013
Editoria:	Seção:



MPPE propõe valor de R\$ 2,00

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ingressou com uma ação civil pública contra os hospitais do Recife por causa do atual valor cobrado nos estacionamentos. De acordo com o promotor Ricardo Coelho, autor da ação, uma investigação constatou que os preços são abusivos, chegando a R\$ 6,00 na primeira hora, com acréscimo de R\$ 2,00 a cada fração de hora. A solicitação feita ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) é que o preço seja tabelado em R\$ 2 com reajustes anuais de acordo com o índice oficial da inflação. No fim da tarde de hoje, será pedido aos juízes uma decisão liminar para que os preços sejam imediatamente nivelados. “O serviço de saúde é público, obrigação do Estado, concedido a particulares”, argumentou o promotor.

Ainda segundo Coelho, fora pedida a gratuidade do serviço, mas o TJPE entende que os hospitais têm direito de cobrança, desde que “pelo valor justo”. “A gratuidade seria inconstitucional, visto que há despesas com seguro e vigilância, por exemplo”, acrescentou. “O preço atual é extorsivo, e tanto a Constituição Federal quanto o Código de Defesa do Consumidor proíbem essa prática”, acusou o promotor.

Se o pedido for acatado, os hospitais podem recorrer da decisão. Procurado, o presidente do Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisa e Análises Clínicas do Estado de Pernambuco (Sindhospe), Mardônio Quintas, explicou que só falaria sobre o assunto depois da notificação da Justiça.

O coordenador geral do Procon Pernambuco, José Rangel, disse que o órgão apoia a iniciativa do MPPE, “já que a permanência do consumidor, nesses casos, é involuntária e depende justamente do tempo que levará o atendimento médico”. Por outro lado, argumentou Rangel, o tabelamento não é previsto pela legislação brasileira e que, por isso, será necessário analisar em que aspecto esta ação será conduzida. Pela falta de amparo legal, afirmou, seria possível seguir pelo fim da cobrança pela taxa de permanência.

HISTÓRICO

Em junho de 2011, a cobrança de estacionamentos no Recife chegou a ser proibida, inclusive em shoppings centers, seguindo a Lei Municipal nº 17.657/2010, baseada nas exigências para a concessão do Habite-se do imóvel. Em novembro do ano passado, o juiz Paulo Onofre decidiu que a lei atingia o direito dos centros de compras de usufruir de sua propriedade, cobrando pela sua utilização.

Assunto: Parabéns	
Veículo: Blog da Folha	Data: 20/08/2013
Editoria:	Seção:



Parabéns

Hoje, 20, Dia de São Bernardo e do Vizinho, aniversariam os atores Heitor Martinez e José Wilker, o desembargador Jones Figueiredo Alves, a apresentadora Ana Letícia Rocha, A economista Telma Liege e o ex-atleta Lanzoninho.